

Galtiênio da Cruz Paulino

A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

2ª Edição

Uma Análise à Luz da Efetividade
dos Direitos Penal e Processual Penal

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Galtieni da Cruz Paulino

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

1157570

P328e

Paulino, Galtieni da Cruz

A execução provisória da pena e o princípio da presunção de inocência : uma análise à luz da efetividade dos direitos penal e processual penal / Galtieni da Cruz Paulino. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

200 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 175-192.

ISBN 978-85-519-1515-8

1. Direito penal. 2. Direito processual penal. 3. Efetividade. 4. Execução provisória da pena. 5. Princípio de presunção da inocência. I. Título.

CDD 345

Sumário

Prefácio	1
Introdução	7
Capítulo 1 – Execução Provisória da Pena e Princípio da Presunção de Inocência	11
1.1 Análise sob a Perspectiva do Direito Interno	11
1.1.1 Previsão normativa.....	11
1.1.2 Evolução da Jurisprudência.....	14
1.1.3 O Princípio da Presunção de Inocência	17
1.1.3.1 Presunção de inocência como direito fundamental.....	17
1.1.3.2 Conteúdo do princípio	21
1.1.3.3 Interpretação constitucional e a compatibilização com os demais direitos fundamentais.....	24
1.2 Princípio da Presunção de Inocência na Ordem Internacional.....	49
1.2.1 Proteção internacional dos direitos humanos e mandados de criminalização.....	50
1.2.2 Conteúdo e fins dos mandados de criminalização	58
1.2.3 Os mandados de criminalização, o princípio da presunção de inocência e a execução provisória da pena no Brasil	63

Capítulo 2 – A Execução Provisória da Pena e o Princípio da Presunção de Inocência na Seara do Direito Comparado – A Ordem Jurídica Portuguesa.....	67
2.1 Análise no Âmbito do Direito Português	67
2.2 Campo de Incidência do Princípio da Presunção de Inocência.....	72
2.3 Reflexos do Princípio da Presunção de Inocência na Execução da Pena	75
Capítulo 3 – A Execução Provisória da Pena e o Garantismo Penal	81
3.1 Da Concepção Individualista do Garantismo	82
3.2 Garantismo Penal e Estado Social e Democrático de Direito	85
3.3 Garantismo Penal e Defesa Integral dos Direitos Fundamentais	91
3.3.1 Visão formal dos direitos fundamentais de Ferrajoli e sua concepção sobre democracia.....	92
3.3.2 Garantismo: acepções, axiomas e a visão integral.....	97
3.3.3 A execução provisória da pena à luz do garantismo penal integral	105
Capítulo 4 – Análises Comportamental e Econômica da Execução Provisória da Pena.....	115
4.1 Análise Comportamental e Execução Provisória da Pena	116
4.1.1 Considerações gerais sobre a análise comportamental	116

4.1.2 Possíveis consequências comportamentais resultantes do novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a execução da pena	125
4.2 Análise Econômica e a Execução Provisória da Pena	130
4.2.1 Considerações gerais sobre a Análise Econômica do Direito.....	131
4.2.2 Análise econômica do crime.....	137
4.2.3 Análise econômica da execução provisória da pena no Brasil e a celeridade judicial	141
Capítulo 5 – A Execução Provisória da Pena e a Efetividade dos Direitos Penal e Processual Penal.....	155
5.1 Fins da Pena.....	155
5.2 Perspectiva Processual do Tema.....	162
5.3 Riscos de Ineficácia do Direito Penal: Recursos, Prescrição, Seletividade da Incidência Criminal e Sentimento Popular de Justiça	164
Conclusão	173
Referências	175